

BC explica “dureza” interna a credores

O Banco Central encaminhou à comunidade financeira internacional o primeiro documento oficial do Plano Collor. O programa resume em 44 tópicos as bases do Plano Collor, para avisar aos credores externos que eles também terão de partilhar dos sacrifícios para o saneamento da economia do País.

“Sem dúvida — ressalta o Banco Central — as medidas compõem um elenco bastante duro, com vistas a desviar o País do rumo da hiperinflação e, consequentemente do caos econômico e social. Seu impacto inicial, decorrente da reorganização dos planos de gastos das empresas e dos indivíduos, pode determinar alguns efeitos perversos, localizados, sobre a produção e o emprego”.

Segundo o Banco Central, os ganhos na renegociação da dívida externa precisam eliminar as

necessidades de financiamento do setor público até para que as empresas privadas possam retomar a produção.

O Banco Central diz que o atual Governo fará o possível para manter política fiscal austera, “imprescindível para que o Plano logre êxito”. Para mostrar a austeridade fiscal, o documento do Banco Central cita:

1) O objetivo do Governo é, a médio prazo, obter remuneração de 10 por cento para os investimentos em todos os serviços públicos. Para os próximos meses, os aumentos deverão acompanhar os índices anunciados para os reajustes salariais. As empresas públicas precisarão tornar-se eficientes.

2) Os servidores antes lotados nos órgãos extintos e que não tiverem estabilidade assegurada pela Constituição serão demitidos, estimando-se que o número

de funcionários em tal situação alcance 81 mil.

3) Determinou-se a venda, por licitação pública, de cerca de 9.500 imóveis funcionais.

4) Programa nacional tornou privatizáveis todas as empresas que exerçam atividades que não sejam da competência exclusiva da União, conforme definido na Constituição (pesquisa e lavra de petróleo e os serviços postais e telefônicos), de modo a que o Estado possa concentrar esforços naquelas áreas em que a sua atuação é fundamental.

Os Certificados de Privatização, títulos a serem utilizados no pagamento de ações das empresas privatizáveis, serão adquiridos por entidades de previdência privada, sociedades seguradoras e de capitalização e instituições financeiras, conforme regulamentação a ser baixada pelo Conselho Monetário Nacional.